



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 060/11

Ementa: Altera a Lei Estadual nº 15.267, de 18 de setembro de 2006, que assegura à deficiente físico prioridade de vaga em Escola Pública próxima da residência.

Art. 1º - A Súmula da Lei Estadual nº 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: Assegura à pessoa com deficiência física, mental e sensorial, prioridade de vaga em Escola Pública próxima da residência, conforme especifica”.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei Estadual nº 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Ficam excluídos da prioridade de que trata o art. 1º, os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência física, mental e sensorial”.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 542/11

Ementa: Denomina de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto, o viaduto da Avenida Rui Barbosa, no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 1º - Fica denominada de Ministro Affonso Alves de Camargo Neto, o viaduto da Avenida Rui Barbosa (passagem inferior), no cruzamento com a Avenida das Torres, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

PROJETO DE LEI Nº 373/11



Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

Art. 1º - Determina a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação, na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos impostos incididos sobre os produtos e serviços.

Art. 2º - Determina que o estabelecimento que preste serviços e forneça produtos tenha, em tabela, os valores do que se oferece discriminados com apontamento dos impostos e tributos.

§1º - A informação não pode estar restrita somente a impostos, devendo abranger todos os tributos que são inseridos sobre as mercadorias e os serviços prestados.

§2º - Dentre o que será discriminado devem estar impostos e tributos que afetem diretamente o valor do produto ou aqueles que incidem sobre o resultado da operação, seja ela de que natureza for.

Art. 3º - Os Estabelecimentos terão 90 (noventa) dias para se adequar a Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2011.

Roberto Acioli
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



JUSTIFICATIVA: O artigo que deve ser regulamentado diz que: "A Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços".

O movimento pede para que essa transparência na cobrança dos impostos chegue ao cidadão por meio de inserção do valor dos tributos na nota fiscal de cada produto ou serviço que se compra.

Em um País em que a carga tributária não cessa de crescer, saber o quanto se paga em impostos é essencial para que os cidadãos se reconheçam como contribuintes e passem a exigir do Governo uma contrapartida em serviços comensuráveis com o volume de recursos arrecadados.

As classes mais carentes são os que mais pagam. Estudos recém divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estimam que, em 2008 os impostos abocanharam mais da metade (54%) do que ganharam as famílias com renda de até dois salários mínimos mensais, mas menos de um terço (29%) dos ganhos das famílias com renda acima de 30 salários mínimos.

Pesquisa encomendada pela Associação Comercial de São Paulo ao Ipsos/Opinion mostrou que 74% dos brasileiros não sabem quanto pagam de Imposto nos bens e serviços que consomem, mas revelou também que 93% dos entrevistados gostariam de ser informados a respeito. Ainda segundo a pesquisa 93% das pessoas consideram que os recursos são mal aplicados.

Esses números indicam que os itens para os quais a população mais pobre destina grande parte de sua renda, como alimentação, transporte, habitação e vestuário, são os mais fortemente tributados. Entretanto, por incidir sobre o consumo, boa parte dos impostos são invisíveis para os consumidores. É o caso de tributos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais estão embutidos no preço final de mercadorias e serviços.

Pagar imposto é necessário e uma obrigação do cidadão para manter os gastos do Estado e custear os serviços Públicos, mas o contribuinte tem o direito de saber o quanto paga e o quanto é gasto. Tem que haver sempre uma relação positiva entre o valor dos tributos que se paga e o retorno que o cidadão recebe do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 379/11

Projeto de Lei nº 379/11

Autor: Deputado Estadual Roberto Aciolli

Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

EMENTA: TRIBUTOS. DISCRIMINAÇÃO NA NOTA FISCAL OU NOS LOCAIS DE EXPOSIÇÃO DAS MERCADORIAS DOS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE PRODUTOS OU SERVIÇOS. POSSIBILIDADE. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEI FEDERAL Nº 8.078/90. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Roberto Aciolli, tem como finalidade determinar a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos tributos incididos sobre os produtos e serviços.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** no inciso IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o desporto:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

A própria Constituição Estadual, também, garante ao parlamentar o direito à propositura de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Observando o referido projeto de lei, apesar de determinar que os TRIBUTOS devem ser discriminados nas notas fiscais que incidem sobre produtos ou serviços; existe uma correlação direta com a área do direito referente ao "DIREITO DO CONSUMIDOR".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Sendo assim, deve-se ressaltar o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990) que determina expressamente as informações que o consumidor DEVE receber:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(Grifo nosso)

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

(Grifo nosso)

Deste modo, nota-se que o dispositivo normativo supramencionado determina que os Consumidores DEVEM ser informados corretamente sobre todos os aspectos que envolvam o produto ou o serviço; inclusive sobre o preço no qual estão incluídos os tributos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Aliás, para finalizar, a própria CONSTITUIÇÃO FEDERAL determina que os Consumidores devem ser informados dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços, como pode ser observado:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços. (Grifo nosso)

Logo, devido ao fato dos Estados legislarem CONCORRENTEMENTE sobre a matéria em questão e, ainda, sob o respaldo da CONSTITUIÇÃO FEDERAL e do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR o referido projeto encontra-se devidamente amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

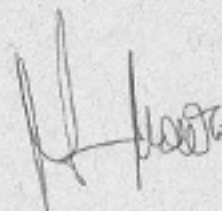

DEPUTADO CAIO QUINTANA

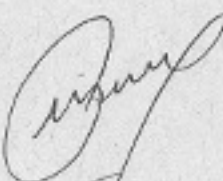

RELATOR











COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/2011

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Roberto Aciolli apresentou o presente Projeto de Lei visando regulamentar o art. 150, § 5º da Constituição Federal. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou-o e, por conseguinte, ocorreu o seu encaminhamento a esta Comissão de Defesa do Consumidor, com a minha escolha como Deputado Relator.

O referido dispositivo constitucional que o Projeto regulamenta versa sobre os esclarecimentos aos consumidores a respeito dos impostos incidentes no consumo: *"A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços."*

Pois bem, ainda antes de se adentrar a análise de mérito do presente Projeto, cabe destacar a sua importância para a transparência. Isso porque alertará a população de nosso Estado acerca dos tributos que incidem sobre os produtos e serviços consumidos cotidianamente.

II – MÉRITO

Fazendo-se uma leitura desatenta do texto constitucional, pode parecer que este Projeto é inconstitucional, na medida em que a matéria em questão versa indiretamente sobre tributos, tendo em vista que o art. 61 da Constituição tem redação dúbia a respeito da iniciativa sobre matéria tributária:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Não bastasse isso, a Corte Constitucional brasileira já decidiu que as normas que tratam de processo legislativo prevista na Constituição Federal, são de observância obrigatória pelos Estados da Federação:

Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal - entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis -, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. Processo legislativo: reserva de iniciativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas.

(ADI 637, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 25/08/2004, DJ 01-10-2004 PP-00009 EMENT VOL-02168-01 PP-00047 LEXSTF v. 26, n. 312, 2005, p. 63-71 RTJ VOL-00194-01 PP-00017)

Ocorre, contudo, que o Supremo Tribunal Federal já pacificou que as restrições à iniciativa de propositura de leis devem ser interpretadas de forma restritiva, justamente por versar sobre restrição à atividade parlamentar. Nesse contexto, as normas tributárias que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo se aplicam tão somente aos territórios:

EMENTA: ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. - O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado.

(ADI 724 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 07/05/1992, DJ 27-04-2001 PP-00056 EMENT VOL-02028-01 PP-00065)

No mais, a competência para legislar em matéria tributária é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exatamente nos moldes da competência para legislar sobre consumo, art. 24, incisos I e V, respectivamente.

Desse modo, nada impede que o Estado legisle sobre o assunto ainda antes de haver federal.


Assim sendo, não havendo restrição constitucional para que um parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná proponha lei para regulamentar a transparência dos tributos que incidam sobre produtos e serviços, merece seguimento com louvor o presente Projeto.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece maior transparência para os consumidores de nosso Estado.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.

DEPUTADO LEONALDO PARANHOS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
RELATOR


2011 07 11



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Roberto Aciolli, tem por objetivo determinar a aplicação prática de conteúdo do § 5º do artigo 150 da Constituição Federal.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A proposta do nobre parlamentar visa mostrar ao cidadão o quanto se paga, em impostos, a cada produto adquirido, bem como, exigir do Governo a contrapartida em serviços de acordo com o montante arrecadado.

Louvável a iniciativa do autor, com objetivo de dar maior transparência tributária ao consumidor.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRÉSIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

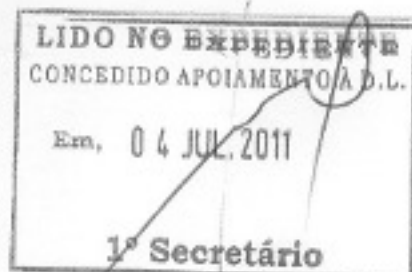
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº

553/11



Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Sistema de Comunicação e Difusão Cultural", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco/PR.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "Sistema de Comunicação e Difusão Cultural", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de Junho de 2011.


Ademair Luiz Trajano
Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

O "Sistema de Comunicação e Difusão Cultural", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado a mais de um ano, sem fins lucrativos, que serve desinteressadamente à coletividade em observância aos seus fins estatutários, que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

Entre suas finalidades, destaca-se a promoção da integração das atividades de assistência social com comunicação e cultura, o desenvolvimento de programas educativos e de informação pública voltados à comunidade e o desenvolvimento de programas de apoio à comunidade, conforme consta do Artigo 4º do seu Estatuto (finalidades da entidade).

Assim sendo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e a prestação de serviços desinteressados à comunidade, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto que declara o Instituto Carlos Almeida de utilidade pública.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 553/2011

Projeto de Lei nº. 553/2011

Autor: Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano

Súmula: Declara de Utilidade Pública o "**Sistema de Comunicação e Difusão Cultural**", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco - PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS –
PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o "**Sistema de Comunicação e Difusão Cultural**", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR